

## COMENTÁRIO DE LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

A resenha perspicaz e generosa que Milton Ohata redigiu sobre meu livro não deveria suscitar comentários de minha parte. No entanto, como seu autor, ex-bolsista do Cebrap, faz parte do grupo de pesquisadores que tem estimulado meu trabalho, aproveito a oportunidade para continuar o diálogo.

Com muita benevolência, Milton situa o livro numa linhagem prestigiosa de historiadores. Mas julga também que faltaram referências minhas a outros autores e a debates do meio universitário paulista. Decerto, há muitas influências implícitas e difusas num trabalho que se desenvolveu em dois países. Embora eu tenha comentado boa parte da bibliografia citada, deveria ter registrado, em particular, a importância intelectual que Celso Furtado teve e ainda tem para mim.

No que concerne à periodização do livro, o fato central não é a virada do início do Seiscentos, bem conhecida, marcando o refluxo do comércio asiático e o ascenso das trocas no Atlântico. O recorte que segui privilegia uma característica menos evidente da história colonial americana. De fato, ao restringir o estudo aos séculos XVI e XVII considere — na sequência de Celso Furtado e Antonio Candido — a mutação radical gerada no século XVIII pela descoberta do ouro e a constituição de um mercado interno territorial. Antes disso, como procurei demonstrar, a idéia de Brasil, e mesmo a de América portuguesa, não faz sentido. Do Rio Grande do Norte para cima, isolado e ligado somente a Lisboa, havia o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Abaixo, para além do Estado do Brasil, aparecia o Arquipélago de Capricórnio, como escrevi alhures. Ou seja, o sistema escravista Brasil-Angola unido pelas correntes marítimas e ventos do anticiclone de Capricórnio. A partir do último quartel do Seiscentos, o subsistema Bahia-Costa da Mina completa o quadro.

Radicalizando a formulação de Caio Prado Jr., penso que o "sentido da colonização" não era o de formar uma nação, e nem mesmo o de formar uma colônia povoada por protobrasileiros (a idéia de grafar "Colônia" com maiúscula, que deixei passar no meu livro, parece-me agora bizarra). O órgão criado pela Coroa em 1642 para gerir os domínios do além-mar tomou o nome genérico de Conselho *Ultramarino*, e não "Colonial", ou "das Colônias", designação que só aparece mais tarde. Como escrevi noutra

parte, a tipologia distinguindo "colônia de povoamento" e "colônia de exploração", elaborada por Leroy-Beaulieu em 1874, refere-se à problemática da Segunda Expansão Européia (séculos XIX e XX). Sua transposição para o quadro da Primeira Expansão Européia (séculos XIV e XVIII) é anacrônica e equivocada<sup>1</sup>. Para todos os efeitos práticos, o que existe nos séculos XVI e XVII são "espaços coloniais" na América, na África e na Ásia. Colônia, no sentido moderno, só há nas ilhas atlânticas. Daí o subtítulo: "Formação do Brasil no [espaço colonial do] Atlântico Sul". Daí também o título da Conclusão do livro: "Singularidade do Brasil [no império ultramarino lusitano]".

Para cingir o problema, era preciso definir os agentes históricos que se movimentam no período e no espaço transatlântico estudado. Do lado africano, aparecem as sociedades nativas atingidas pelo trato atlântico e os "angolistas": os colonos de Angola, diversos dos nativos angolanos e dos portugueses recém-chegados àquela colônia africana. Do outro lado do oceano, os "brasílicos" são os moradores portugueses do Brasil que tinham interesses e traços culturais distintos dos reinóis (André Vidal de Negreiros foi objeto de chacota em Lisboa, em 1654, porque não falava português corretamente), mas não possuíam a consciência de pertencer a uma mesma comunidade cultural e territorial. Não se trata portanto de "brasileiros" dotados de premonições nacionais, mas de categorias díspares de colonos (gente de Pernambuco, de São Paulo, da Bahia, da Paraíba, do Rio de Janeiro, do Maranhão), cujos intuitos são divergentes e muitas vezes opostos. Enfim, há o recorte no âmbito da expansão européia da época moderna, separando o "homem ultramarino" do "homem colonial". O primeiro distribui suas cartas no ultramar na expectativa de obter recompensa social e econômica na metrópole, enquanto o segundo já escolheu fixar seu destino em determinado enclave colonial.

Todas essas caracterizações remetem a processos históricos seiscentistas anteriores à constituição de um mercado interno inter-regional, de um território colonial e, conseqüentemente, de um sentimento nativista nas fronteiras da América portuguesa.

No final da resenha, depois de julgar que o livro tem um "recorte que privilegia tão-só a 'autonomia'

(1) Alencastro, Luiz Felipe de. "A economia política dos descobrimentos portugueses". In: Novaes, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo, 1998, pp. 193-208.

do comércio bilateral e do colonato brasílico", Milton Ohata coloca a pergunta que eu não teria respondido e que ele considera, talvez, decisiva: "Sendo a Colônia 'autônoma' naquilo que lhe era imprescindível, por que motivo continuou durante tanto tempo ligada à Metrópole?".

Penso ter dado ao comércio bilateral de escravos a importância que ele merecia. O fato de parecer ter sido privilegiado no livro deve-se, talvez, à insistência com que a maioria dos autores tem dissertado sobre o comércio triangular, apesar de outros historiadores terem demonstrado, há muitos anos, a realidade das trocas diretas entre os portos brasileiros e a Costa da Mina e Angola<sup>2</sup>. Como disse acima, e como presumo ter deixado claro ao longo do livro, o colonato seiscentista da América portuguesa não é uma coletividade andando numa direção só. Por isso, chamei-o brasílico, e não luso-brasileiro nem, muito menos, brasileiro.

Na sua pergunta, Milton escreve "autonomia" e "autônoma" entre aspas. O leitor pensará que as duas expressões são de minha lavra. Não são. Muito ao invés. Falo dos diferentes atores que constroem a "co-gestão lusitana e brasílica no Atlântico Sul" (pp. 76, 223, 354) e incluo a Companhia de Jesus nesta "co-gestão" (p. 266); uma das subseções do livro intitula-se "O condomínio lusitano, angolista e brasílico na África Central" (p. 259). Refiro-me à "Pax Lusitana" gerada pelo tráfico negreiro e reitero a idéia (pp. 41, 234, 294, 318, 338). "Pax Lusitana" no Atlântico Sul (e não "Pax Brasiliensis") é também o título da minha tese de doutorado, que cobre o período 1550-1850. As decisões do Conselho Ultramarino sobre as transformações em curso na África e na América são contextualizadas. Enfim, defino as operações militares dos colonos do Brasil em Angola "como contribuições do *lumpencolonialismo* brasílico ao assentamento da 'Pax Lusitana' na África Central" (p. 294).

Emprego as palavras "autonomia", "autonomista" e o neologismo "autonomismo" noutra parte, para exprimir algo diferente. Não para me referir à colônia brasileira em geral, mas com o fito de apontar comunidades ultramarinas encravadas na semi-autar-

cia proporcionada pelo uso da mão-de-obra indígena, as quais — por isso mesmo — perderam a parada para as forças do mercado e da metrópole: as comunidades de moradores de São Paulo, da Amazônia, do Peru, de Angola, de Moçambique (cap. 1, passim; p. 139; cap. 6, passim; p. 266).

Considero o conceito de "pacto colonial" parcialmente inoperante no Seiscentos. Cunhada pelos enciclopedistas franceses na segunda metade do século XVIII — no movimento de crítica ao colonialismo —, a noção é interpretada por parte da historiografia brasileira como uma carapaça inarredável desde 1500. Quero crer que os limites dessa interpretação aparecem na análise sobre o comércio atlântico de cachaça no Seiscentos. Com o aval da Coroa, interessada nas vantagens do fiscalismo, a cachaça desloca a concorrência do vinho e da aguardente metropolitanos em Angola. Assim, a caninha foi, talvez, o primeiro manufaturado americano e, certamente, o primeiro produto colonial brasileiro a desbancar similares europeus no mercado internacional. No que concerne ao sistema fiscal, a tributação do trato de africanos pela Coroa é calculada em porcentagem do preço do escravo e apontada no início do livro como um dos instrumentos essenciais do controle metropolitano. Também dou a essa tributação um papel-chave na legitimação e legalização do comércio atlântico de africanos, que precede e justifica o escravismo na América (pp. 35-36; cap. 5, passim).

O Capítulo 7 intitula-se "Angola brasílica" para marcar a entrada dos interesses das oligarquias de diversas capitânias brasileiras no teatro colonial angolano. O fato já havia sido assinalado por historiadores portugueses e faz parte do contexto colonial e internacional específico da segunda metade do Seiscentos. Resta que o acesso dos colonos da América portuguesa ao mercado africano não garantia, por si só, as condições de sua independência da Metrópole. O livro mostra o processo de associação de interesses do grande capital assentista, da Coroa, dos reinóis, dos missionários, dos brasílicos, dos angolistas e dos africanos em curso no Atlântico seiscentista. Nada sugere que o Brasil pudesse se passar de Portugal para colocar diretamente suas exportações no mercado europeu nos séculos XVII e XVIII. Ou que dispusesse naquela altura de uma classe dirigente hegemônica, apta a inserir o país no conceito das nações. Desse modo, não há como depreender do livro a idéia de que nessa época a colônia já era "'autônoma' naquilo que lhe era imprescindível".

(2) Vianna Filho, Luiz. *O negro na Bahia*, 1946; Verger, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos* (1ª ed. franc. 1968); Medeiros dos Santos, Corcino. "Relações de Angola com o Rio de Janeiro 1736-1808". *Estudos Históricos*, nº 12, 1973, pp. 7-68.

Tendo começado minhas pesquisas com o estudo do contencioso gerado no Império do Brasil pelo tráfico negreiro, sempre situei as implicações políticas, econômicas e culturais da desterritorialização do mercado do trabalho no centro da minha reflexão<sup>3</sup>. Milton concorda com a idéia de que entre os séculos XVII e XIX "o pulmão da economia brasileira encontrava-se fora dela", ou seja, na África: em Angola, na Costa da Mina, na Guiné, mas também, na primeira metade do século XIX, em Moçambique. Este é, precisamente, o ponto central de todo o meu trabalho. A impossibilidade em que se encontrava a economia brasileira de emancipar-se dos mercados africanos e do espaço colonial português no Atlântico até 1850 — ou seja, *antes e depois da Independência* — levou-me a reconsiderar a idéia de "crise do sistema colonial", a centralidade de 1808 na história política e econômica brasileira, a gênese do Estado nacional brasileiro e a periodização do século XIX, como está indicado nas últimas páginas do livro. E como já estava explicitado na resenha que escrevi sobre o livro de Fernando Novais vinte anos atrás, reproduzida abaixo.

### **Casamento de velhos\***

O livro de Fernando Novais constituirá um marco importante na historiografia brasileira contemporânea. Seu meticuloso estudo do período 1777-1808 atinge plenamente os objetivos a que se propôs: delimitar a especificidade brasileira dentro do quadro europeu e da crise interna do colonialismo português. O exame simultâneo dessas duas instâncias exige boa dose de talento, de obstinação e de paciência, e poucos, como Novais, os autores que conseguem levar a cabo tão árdua tarefa. Um trabalho como o seu pede reflexões longas e detalhadas, mas aqui nos limitaremos a questionar o dimensionamento de certos problemas e as relações de causalidade estabelecidas entre certos fatos analisados.

O capítulo I desenha o panorama político e diplomático europeu, no qual se inserem o Estado e a economia portuguesas do século XVIII. Trata-se de uma síntese densa e atualizada. Mas é possível que as mudanças ocorridas no interior das principais metrópoles europeias estejam um pouco subestimadas. Aqui transparece o peso de uma interpretação "integrista" do mercantilismo, demasiadamente apegada ao livro clássico de E. Heckscher, *Mercantilism* (1935), que dá visão muito uniforme de um processo

bastante complexo. As diferenças que separam a Inglaterra da Holanda, onde existia um capitalismo comercial mais avançado que o de Portugal, demonstrariam mais claramente que não é qualquer tipo de crescimento que conduz à Revolução Industrial.

Os capítulos seguintes abordam diretamente a conjuntura luso-brasileira. Embora o autor saliente que o tema central de seu estudo é a política e não a economia, convém retomar a preciosa análise sobre o comércio colonial português, elaborada na última parte do livro.

Novais assinala que as tabelas comerciais utilizadas não discriminam o montante do tráfico negreiro. Entretanto, o valor das importações de escravos é considerável, representando cerca de um terço das importações do Rio de Janeiro entre 1795 e 1811. Tendo caracterizado luminosamente a função do tráfico negreiro dentro do colonialismo português, Novais não leva essa análise até suas últimas consequências. De fato, o "exclusivo colonial" é duplamente articulado: o monopólio português se exercia no comércio de mercadorias entre o Brasil e a Europa, mas também no comércio de escravos entre o Brasil e as zonas africanas de tráfico, sobretudo de Angola, de onde vêm 70% dos escravos importados no século XVIII. Dentro dessa perspectiva, o processo de ruptura com a metrópole é o resultado de uma dupla dissociação: de um lado há a absorção do comércio de mercadorias pela Inglaterra; do outro, a autonomização do tráfico negreiro, que a partir do último quartel do século XVIII é progressivamente controlado pelos negociantes luso-brasileiros do Rio de Janeiro e da Bahia. Dessa forma, o tempo da economia brasileira é marcado por dois ponteiros: o primeiro aponta para a Europa, o segundo para a África.

Assim, quando penetra diretamente no mercado brasileiro, a Inglaterra só digere dois terços das trocas atlânticas, a outra porção continuará na mão dos negociantes luso-brasileiros até 1850. Note-se que o alvará de 1808 não é um divisor de águas tão nítido como parece: só em 1850 o comércio externo brasileiro é definitivamente incorporado ao comércio norte-americano e europeu. Noutras palavras, em 1808 a economia brasileira toma-se uma economia tributária da economia inglesa, mas só em 1850 ela se transforma em economia periférica do centro industrializado.

São consideráveis as implicações políticas e ideológicas de tal situação. O tráfico negreiro e o escravismo — segmentos importantes do antigo sistema colonial — atravessam galhardamente o fogo de barragem desencadeado pela filosofia iluminista e se transformam em dois importantes esteios do Estado e da sociedade brasileiras do século XIX. Portanto, ao contrário do que deixam entender certas partes do livro, o sistema colonial estava longe de ver-se ideologicamente acuado. O incidente ocorrido na Bahia em 1794, com frei José de Bolonha, o "Capuchinho Abolicionista", é um epifenômeno. Não se trata, absolutamente, do prenúncio de uma crise entre a Igreja e o Estado em tomo do problema da escravidão.

A filosofia do Iluminismo, difundida pelos intelectuais ibero-americanos "afrancesados", era potencialmente subversiva nas colônias. Mas nas regiões onde o escravismo predominava, a forma americana da Revolução Francesa

(3) Alencastro, Luiz Felipe de. "La traite négrière et l'unité nationale brésilienne 1825-1850". *Revue Française d'Histoire d'Outre Mer*, t. LXVI, 1979, pp. 395-419.

\* Resenha de *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*, de Fernando Novais, publicada originalmente no *Jornal do Brasil*, 20/09/1980.

é a Revolução de São Domingos. O fato de Toussaint Louverture ter lido o abade Raynal não vem ao caso. O elemento novo — genuinamente revolucionário — introduzido pelos escravos rebeldes de São Domingos é de ordem estratégica e política: a tomada do poder na ilha e a vitória sobre as tropas francesas e inglesas enviadas para socorrer os colonos.

Se os outros escravos rebeldes do continente passassem a tomaras cidades onde os brancos eram minoritários, em vez de fugir para as florestas e formar quilombos, o mundo escravista se desintegraria rapidamente. Essa inversão estratégica delimitará o horizonte do sistema escravista. É em tomo desse fato que se cristalizará a paranóia das autoridades e dos setores mais conscientes da sociedade.

Nesse sentido, é interessante a comparação entre Pina Manique, intendente geral de polícia do Reino, e Paulo Fernandes Viana, intendente geral de polícia no Rio de Janeiro. Enquanto o primeiro perseguia a maçonaria do Reino e proibia a venda de livros "subversivos", osegundose preocupava com a situação explosiva criada pela presença dos escravos na Corte, onde os cativos formavam 49% da população em 1821. Manique corria atrás dos "afrancesados" da Metrópole, e Viana, auxiliado pelo feroz major Vidigal, procurava controlar os "africanizados" da Colônia.

Dentro desse contexto, a caracterização de uma situação "pré-revolucionária" no Brasil toma-se complexa.

O prolongamento da análise de Novais aponta para a Inconfidência Mineira, que aparece como um clarão na atmosfera crepuscular que envolve a ordem colonial. Ora, a Revolução de São Domingos mostraria aos contemporâneos que a "via mineira para a Independência" era sem saída. Como Capistrano de Abreu, consideramos a Inconfidência um fenômeno menor, inteiramente descentrado da problemática subjacente à ruptura com a Metrópole. Trata-se de um complô que não tinha a menor possibilidade de equacionar o problema nacional (o escravismo) e o problema do Estado (a unidade territorial). A Independência ou

saía apadrinhada pela burocracia ou desembocava num impasse.

A comparação com Cuba é bastante ilustrativa. Durante o século XIX as insurreições nacionalistas que sacodem a ilha são garroteadas pela ameaça de uma sublevação dos escravos. A metrópole espanhola limitava-se a lembrar aos colonos: "Se Cuba não continuar sendo espanhola, será africana!". O argumento era eficaz, e funcionou até 1901.

Essas constatações nos põem diante da fria realidade: a independência do Brasil é o resultado de um pacto conservador e não de um movimento nacional e popular. Nascemos de um casamento de conveniência entre velhos que não se amavam e não do fogo de artifício provocado pela livre união de jovens amantes. A metáfora não é gratuita. Ontem, como hoje, não era fácil ser brasileiro. As primeiras gerações sentiam o peso dos arcaísmos que se perpetuavam na jovem nação. Gonçalves de Magalhães escrevia em 1835: "Mas, oh Pátria, quem causa mágoas tuas?/Ainda ontem te ergueste do teu berço;/Mal um passo ensaiaste/ E não é crível que amanhã já morras/[...] /Vós, que empunhais da governança o leme,/ Vós, que velar devíeis, até quando/Fareis da Pátria o patrimônio vosso/E tolhereis seus passos?".

Apesar de tudo, a nacionalidade brasileira medrou e agora é uma árvore sólida. Não é, por exemplo, o caso da Bélgica, país nascido na mesma época que o Brasil (em 1830) e que pode fragmentar-se de uma hora para a outra.

Essas são algumas das questões que podem ser levantadas quando se atravessa o terreno histórico cuidadosamente balizado por Novais. São assuntos para outras pesquisas. Que só serão frutuosas se forem feitas como Novais escreveu o livro que acabamos de comentar: com profundidade e inteligência. Senão, não.

Luiz Felipe de Alencastro é professor de História do Brasil na Universidade de Paris-Sorbonne. Publicou nesta revista "O ocaso dos bacharéis" (nº 50).